



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	21 JAN 1975	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	✓ 21/1/75	REPÚBLICA	

Mesa-redonda sobre Administração Social

M.A.S.

NO ENQUADRAMENTO POLÍTICO TUDO ESTÁ A NOSSO FAVOR — AFIRMOU A ENG.^a LURDES PINTASSILGO

Iniciaram-se ontem, na Fundação Gulbenkian, sob a presidência da ministra eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo, os trabalhos da mesa-redonda sobre administração social, promovida conjuntamente pelo Ministério dos Assuntos Sociais e pela Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas, integrada no âmbito do Programa Europeu de Desenvolvimento Social.

No encontro participam o dr. Eyvind Hyten, chefe da referida divisão e os drs. Dominique Ceccaldi, da França; Andun Ervik, da Noruega; John Greve, do Reino Unido; e Ion Stroescu, da Roménia.

Igualmente presentes os drs. Glyn Thomas e E. de Oliveira, especialistas da Organização Mundial de Saúde e o dr. Clement Michel, da Associação In-

ternacional de Segurança Social. Pelo lado português, participam na mesa-redonda o eng. Bruto da Costa e os drs. Caideira da Silva, Correia de Campos, Ferreira de Almeida, Guerra dos Santos e Pedro Loff.

Prevê-se ainda a participação de outras individualidades e especialistas de segurança social.

Na sessão de abertura — a que estiveram presentes, também, o dr. Henrique da Santa Clara Gomes, secretário de Estado da Segurança Social e o major-médico dr. Cruz e Oliveira, secretário de Estado da Saúde — a ministra dos Assuntos Sociais começou por saudar os elementos que irão trabalhar na mesa-redonda, em especial todos aqueles que vieram de outros países e formulando desejos de que o diálogo os conduza a um bom entendimento. Já que o nosso país conta muito com a colaboração internacional. Fazendo várias referências à originalidade da revolução portuguesa, louvou depois a compreensão do representante da O.N.U. dr. Eyvind Hyten que soube sempre encarar os factos da nossa situação com positivismo e sem cair em lugares comuns. A ministra acentuou que se procura uma via socializante que no entanto não se irá submeter a um modelo pré-estabelecido e que a política social se irá integrar na busca de uma política coerente nos objectivos.

Do ponto de vista do enquadramento político — salientou aquele membro do Governo — podemos dizer que está tudo a nosso favor. Temos de derrubar a antiga ordem e as suas estruturas; temos que construir novas estruturas; temos, sobretudo, de atender às necessidades essenciais do povo.

Mas, desde já, temos duas dificuldades específicas a enfrentar: uma, ao nível das pessoas, dos hábitos, do carácter, daquilo que se costuma chamar «a mentalidade» por oposição às estruturas. A revolução que se pretende global e em constante criação, para alguns pode apenas ser uma situação fácil de agora se poder fazer tudo o que antes apenas se podia imaginar. Ao contrário, a revolução tem que ser ruptura para poder libertar novas energias e, só com o dinamismo da imaginação poderá ser instaurada qualquer coisa de novo. São questões que se nos põem todos os dias e não as podemos esquecer ao fazer a análise lúcida da mudança social.

Mais adiante acrescentou:

«Na lei constitucional que nos rege após o 25 de Abril, a política social deve, por um lado, ter como objectivo essencial a defesa dos interesses das classes trabalhadoras». Por outro lado, ela também tem que ter como objectivo essencial «a melhoria progressiva mas acelerada da qualidade de vida de todos os portugueses».

Dito isto, a crise económica mundial e também a situação herdada pelo Governo do pós-25 de Abril, levantam questões graves.

De facto, as classes trabalhadoras são a fisionomia humana que conduz à luta actual. Por isso, temos de reconhecer a primazia de factores quantitativos, pois, basta lembrarmo-nos que mais de metade dos trabalhadores portugueses beneficiaram com a instauração de um salário mínimo nacional».

E acentuou:

Não temos dúvidas que, na nossa situação, a democracia social, a mudança radical da ordem social passa pelo estabelecimento de objectivos claramente sociais, aos quais têm que estar subordinados o processo produtivo, a sua organização, o seu financiamento, assim como a reestruturação da prestação de serviços.

Por outras palavras, isto significa que o dar às necessidades sociais colectivas a primazia na política social é uma opção política radical que toca na própria raiz do processo económico e também na própria distribuição do poder político.

Usou depois da palavra o dr. Eyvind Hyten que saudou os presentes e afirmou que as considerações que a ministra tecera iriam certamente inspirar os trabalhos desta mesa-redonda.

Nesta breve alocução, o representante da O.N.U. referiu ter aceitado com grande entusiasmo o convite para participar na reunião que se enquadra na nova política social e que se integra no âmbito da II Conferência Europeia dos Ministros dos Assuntos Sociais.

Dos pontos da agenda fazem parte a análise da actual situação em Portugal, problemas de coordenação interministerial, equilíbrio entre centralização e descentralização dos serviços sociais e a cooperação com outros países da Europa.

Os trabalhos encerram-se na sexta-feira à tarde numa sessão em que serão apresentadas as conclusões da mesa-redonda.